

19

CADERNOS DE LITERATURA COMPARADA

UTOPIA e ESPIRITUALIDADE



19

CADERNOS DE LITERATURA COMPARADA

19

12 2008

UTOPIA e ESPIRITUALIDADE

Instituto de Literatura Comparada
Margarida Losa

CADERNOS DE LITERATURA COMPARADA

19



UTOPIA e ESPIRITUALIDADE

**TÍTULO**

Cadernos de Literatura Comparada - 19
 Utopia e Espiritualidade
 Dezembro 2008

PUBLICAÇÃO

Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa
 da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CONSELHO EDITORIAL

Daniel-Henri Pageaux
 Helena Carvalhão Buescu
 Maria Irene Ramalho
 Peter Schnyder
 Raymond Trousson

ORGANIZADORES DO PRESENTE número

Fátima Vieira
 Jorge Bastos da Silva

ASSISTENTE EDITORIAL

Lurdes Gonçalves

DESIGN GRÁFICO

Nunes e Pá Lda.
 administracao@ateliernunesepa.pt

FOTOGRAFIA DA CAPA

Nunes e Pá Lda.

EDITOR

Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa

DISTRIBUIÇÃO

Edições Afrontamento, Lda.
 Rua Costa Cabral, 859 - 4200-225 Porto
 www.edicoesafrontamento.pt
 geral@edicoesafrontamento.pt

DEPÓSITO LEGAL n.º 205806/04

ISSN: 1645-1112

IMPRESSÃO

Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
 geral@rainhoeneves.pt

ÍNDICE

7 >> Apresentação

Utopia e Espiritualidade

O Código Bíblico da Utopia

19 >> José Eduardo Reis

A "Utopia" de D. António Ferreira Gomes

37 >> Pedro Vilas Boas Tavares

Espiritualidade no Islão

53 >> Abdul Rehman

Morte e Utopia no Livro Tibetano dos Mortos.

Da Contemplação da Impermanência à Vida

Pós-morte e à Descoberta da Imortalidade

61 >> Paulo Borges

O Espaço do Sagrado

115 >> Paulo Telles de Lemos

O Herói, o Santo e a Poeta. Reflexões

sobre um Diálogo entre António Ferreira Gomes

e Sophia de Mello Breyner Andresen

131 >> Maria Luísa Malato Borralho

Espiritualidade e Utopia na Introdução

aos Grandes Autores de Agostinho da Silva

159 >> Jorge Bastos da Silva

Espiritualidade e Utopia nas Prosas Portuguesas

de Rafael Bluteau

179 >> Ana Araújo Rafael

A Imaginação Desenfreada ao Serviço da Utopia:

Historia de las Cuevas de Salamanca,

de Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos,

entre o Pastiche e a Paródia

193 >> Manuel Ferro

211 >> *"Resisting the Pious Atmosphere", da Utopia ao Sagrado em The Bell de Iris Murdoch*

Sofia de Melo Araújo

Conversa sobre A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração, com João Francisco Marques

233 >> Fátima Vieira

Vária

"So read we in must book. It bells. He prophets": A Reader's Approach to Finnegans Wake

251 >> Márcia Lemos

Neobarroco – ¿Una Concepción de Mundo Resistente o Neurosis Cultural?

265 >> Natascha Ueckmann

"Memórias de Polícias" em Portugal: A Utopia de um Novo Herói

297 >> Maria de Lurdes Sampaio

Viagem e Morte na Literatura Contemporânea (Coetzee, Lobo Antunes e Bernardo Carvalho)

335 >> Biagio D'Angelo

Recensão

Francisco Martins, Donas Boto – Português, Poeta, Primeiro Ideólogo Moderno da União Europeia

355 >> Jorge Bastos da Silva

Steffen Dix e Jerónimo Pizarro (orgs.), A Arca de Pessoa. Novos Ensaios

358 >> Maria de Lurdes Sampaio

383 >> **Notas sobre os colaboradores**

Do imaginário do Paraíso à expectativa apocalíptica, da demanda de uma inteligibilidade para o real à procura de um preenchimento do humano, a tradição do utopismo, no Ocidente pelo menos, desenvolveu-se em estrita conexão com os domínios da vivência espiritual e da reflexão sobre a transcendência, configurando-se, até certo ponto, como uma derivação laicizante de matrizes religiosas fundamentais.

Assentando no reconhecimento desta ligação profunda, e querendo contribuir para explorá-la, o Colóquio Interdisciplinar *Utopia e Espiritualidade* realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 17 e 18 de Outubro de 2008, numa organização conjunta do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (ILCML) e da Fundação SPES. O Colóquio visava, em primeiro lugar, dar cumprimento à linha de investigação "Utopia e Espiritualidade", definida nos planos de trabalho do projecto de investigação *Utopias Literárias e Pensamento Utópico: A Cultura Portuguesa e a Tradição Intelectual do Ocidente – III*, sediado no ILCML e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Visava, em segundo lugar, e em estreita colaboração com a Fundação SPES, chamar a atenção para a dimensão utópica da obra de D. António Ferreira Gomes. O programa do Colóquio integrava aliás um painel temático sobre D. António, que não foi contudo possível reproduzir neste volume, uma vez que nem todos os palestrantes disponibilizaram os textos para publicação.

Em todo o caso, o presente volume dá conta, de forma bastante fiel, da forma como se desenvolveram os trabalhos do Colóquio, e de como o diálogo interdisciplinar e inter-religioso poderá dar frutos importantes, não apenas para o benefício das relações multi-interculturais, mas também para um conhecimento mais profundo do objecto de estudo multifacetado que são as tradições do pensamento utópico.

O volume segue a organização típica dos *Cadernos de Literatura Comparada*, oferecendo, num primeiro momento, uma secção temática (neste caso sobre "Utopia e Espiritualidade"), seguindo-se-lhe uma secção *Vária* e uma secção de recensões.¹

Utopia e Espiritualidade

O ensaio de José Eduardo Reis que abre este volume parte da tese de Northrop Frye de que a Bíblia é o grande código da literatura ocidental e representa, nas palavras do ensaísta, "o modo utópico de representar ideológica e textualmente o mundo". Reis lembra que a utopia não tem apenas uma matriz judaico-cristã, resultando antes da confluência desta com o mito helénico de uma sociedade ideal. O seu ensaio, contudo, centra-se na análise da relação ancestral entre utopia e cristianismo. A reflexão que nos oferece repousa, por um lado, na análise no Livro dos livros, e, por outro lado, integra importantes contributos de filósofos e estudiosos das grandes estruturas míticas como Ernst Bloch, Mircea Eliade e Northrop Frye. Explorando temas como o código edénico bíblico e a "esperança milenarista apocalíptica da salvação dos santos cristãos" (particularmente na perspectiva portuguesa do Quinto Império formulada por Vieira e retomada por Pessoa e Agostinho da Silva), o artigo de José Eduardo Reis oferece uma importante reflexão preambular a este conjunto de ensaios e fornece o pano de fundo teórico para a relação entre utopia e espiritualidade aqui explorada por outros autores.

Na verdade, os três ensaios que se seguem constituem variações sobre essa relação, remetendo para a forma como sobre ela reflectem três religiões maiores do passado e da contemporaneidade: o cristianismo, o islamismo e o budismo.² Apesar de os textos serem de natureza diversa — o primeiro é escrito num registo confessional / celebratório, o segundo num registo explicativo / evangelizador e o terceiro num registo informativo / ensaístico —, todos exploram a ideia de transcendência espiritual, relacionando-a com o conceito de utopia.

Curiosamente, Pedro Vilas Boas Tavares abre o seu texto ressaltando que a ideia de utopia, tal como ela é normalmente definida, não é rigorosamente aplicável ao pensamento de D. António Ferreira Gomes. E argumenta: a cosmovisão cristã, embora passada pelo "princípio-esperança" utópico, prevê que o ideal de vida se realize "num tempo e num espaço concretos"; o futuro, nesse sentido, não é algo de difuso, mas um tempo "absoluto" de plenitude. E acrescenta: "a mundividência cristã pressupõe a ultrapassagem da utopia pela história". Após a ressalva inicial, o texto de Tavares repousa na consideração da palavra escrita de D. António Ferreira Gomes, mais particularmente daquela que testemunha o seu "sentido profético de denúncia de males sociais institucionalizados" e a sua vontade de assistir, em Portugal, a um momento de reforma e de regeneração sociais. Movido por uma "fé optimista na perfectibilidade cristã do homem e da sociedade", argumenta Tavares, D. António "não pediu o irrealizável". Não foi por isso utópico, mas antes cristão, "pois os pressupostos e reivindicações basilares do antístite em matéria de pastoral social" baseiam-se, antes de mais, nos ensinamentos do Evangelho.

O texto de Abdul Rehman assume claramente um registo de explicação e divulgação da fé islâmica, dos seus dogmas essenciais e da sua cosmovisão. A vida do muçulmano, explica Rehman, gira sempre em torno da religião e esta, por sua vez, consubstancia-se numa tentativa constante de conhecimento — do Outro, do Eu, de Deus. A descrição do sufismo (o esoterismo islâmico) ocupa uma boa parte do ensaio de Rehman, e é neste

ponto que ele mais se aproxima da ideia de utopia. Na verdade, como argumenta o autor, as sete etapas do sufismo conduzem o muçulmano num caminho ascendente, sendo a anulação do Eu – atingida na última etapa – condição para o acesso à visão de Deus. Como explica Rehman, a sétima etapa corresponde “ao grau mais puro da fé e da espiritualidade e é apenas suplantável pelo encontro com Deus depois da morte, momento em que a utopia, no sentido pleno, é realizada”.

O longo ensaio de Paulo Borges introduz-nos no mundo do budismo, mais concretamente na consideração da experiência da morte e do processo de pós-morte nesta religião. Apoiando-se numa cuidadosa análise do *Livro Tibetano dos Mortos*, Borges descreve as diferentes etapas desse processo, apresentando-as como um *continuum* onde aquilo “a que se chama nascimento, vida, morte, experiência pós-morte e renascimento” não são senão “momentos de um mesmo processo de produção, dissolução e reprodução ilusória e inconsciente de modos e formas de consciência e vida condicionados pelo desconhecimento do fundo e energias primordiais a partir dos quais tudo emerge”. Mas na verdade, como salienta Borges, o *Livro Tibetano dos Mortos*, mais do que um livro sobre a morte ou sobre o nascimento e a vida, é um “livro do espaço”, que se debruça sobre um “espaço primordial de vacuidade”. É precisamente neste espaço de despojamento do terreno que o ser humano se apercebe de que lhe é possível reflectir com lucidez sobre as falsas percepções que ele tem da vida e de si mesmo e sobre o seu papel a cumprir no mundo. E é precisamente neste espaço de vazio que encontramos a alotopia budista.

Do espaço de vacuidade budista passamos para o espaço construído do sagrado, com o ensaio de Paulo Telles de Lemos. Defendendo que o espaço do sagrado se apresenta, desde tempos imemoriais, como o princípio organizador do mundo, Lemos analisa a Capela de Ronchamp, de Le Corbusier, e a Capela das Águas, de Tadao Ando. A descrição da arquitectura desses espaços serve ao autor de trampolim para a discussão do seu valor simbólico. Erguida no topo de uma colina, a Capela de Ronchamp

evoca a Montanha Cósmica e denota a vontade de ligar o céu à terra. Por sua vez, a Capela das Águas, implantada num vale rodeado de montanhas, parece querer identificar-se com a natureza e, ao fazê-lo, contribui para a sua glorificação. Como Lemos evidencia, apesar de recorrerem a linguagens arquitectónicas distintas, ambas as capelas dão plena expressão ao desejo utópico de sentir o sagrado no espaço do humano e de, num movimento inverso, transcender o humano e atingir o sagrado.

Os dois ensaios que se seguem exploram, a diferentes níveis, a relação entre utopia e espiritualidade na obra de figuras proeminentes do pensamento português: D. António Ferreira Gomes e Agostinho da Silva. Na realidade, o primeiro ensaio, da autoria de Maria Luísa Malato Borralho, ultrapassa as fronteiras da análise do pensamento de D. António, já que, se por um lado se centra na consideração da peça de teatro que o antístite escreveu (*Herói e Santo*, 1931[?]), por outro lado examina o prefácio aos *Contos Exemplares* (1970) de Sophia de Mello Breyner Andresen. Em relação a ambos os textos, Luísa Malato sublinha a “cultura radical” de D. António, a sua busca genuína de Deus (apenas possível num ambiente de liberdade) e a defesa incondicional da ideia de justiça. São esses, afinal, os temas que, num diálogo implícito ou explícito, unem o pensamento de D. António ao de Sophia, subsumindo-se, na verdade, como a autora conclui, num só: o da espiritualidade como forma “residual” da liberdade, e como verdadeira utopia que o ser humano tem de saber conquistar.

O artigo de Jorge Bastos da Silva, debruçando-se sobre a série “Antologia – Introdução aos Grandes Autores”, uma iniciativa editorial de Agostinho da Silva lançada nos anos de 1940, examina a presença do tema da utopia no projecto pedagógico e de intervenção cívica do filósofo português, articulando os textos e as ênfases da “Antologia” com as reflexões críticas de Agostinho da Silva no domínio da espiritualidade. Entre os autores antologados encontram-se Thomas More – devendo-se a Agostinho da Silva a primeira versão portuguesa de um excerto de *Utopia* –, Erasmo, Damião de Góis, Voltaire, Victor Hugo e Dos-

toievsky. No seu estudo, Bastos da Silva assinala que o antologista permanece “atento a aspectos que se prendem com a experiência humana do poder, do trabalho, da riqueza, da arte, do sentimento de pertença a um grupo nacional, da espiritualidade, contrapondo-lhes um horizonte de subsunção da injustiça e da finitude que sugere vir corporizado naqueles que consagra como *grandes autores*”. Nesta perspectiva, os imaginários de cariz utópico ou utópico-religioso expressam um anseio de superação das limitações sociais e materiais em nome da plena consumação do humano em cada um e todos os indivíduos.

Os três últimos ensaios desta secção temática versam sobre autores estrangeiros e oferecem perspectivas interessantes da sua relação com a utopia. No seu texto sobre as *Prosas Portuguesas* (1728) de Rafael Bluteau, Ana Araújo Rafael evidencia a proximidade entre linguagem utópica e espiritualidade no pensamento deste padre estrangeirado a quem a cultura portuguesa tanto deve. Como explica Ana Rafael, a utopia tem uma presença concreta na obra de Bluteau não porque ele “tenha escrito alguma Utopia ficcionada, mas porque semeou de utopemas o seu discurso crítico”. O ensaio de Ana Rafael gravita aliás em torno da análise destes utopemas, que vão desde a representação do conhecimento como uma montanha (“símbolo ascensional”) à inversão do episódio bíblico da Torre de Babel e à representação do mundo como um círculo contendo, no seu “ponto interior, a cultura de Deus”. Como Ana Rafael conclui, nas circunferências, círculos, ilhas e montanhas de Bluteau, “não nos afastamos muito do universo utópico”; e ao tentar alcançar esses espaços (sem nunca, contudo, o conseguir), o ser humano continua a sua caminhada utópica.

Manuel Ferro, por sua vez, relaciona a obra de Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos *Historia de las Cuevas de Salamanca* – que considera nas suas duas versões publicadas em Setecentos – com diversas tradições literárias, como sejam o romance cavaleiresco, a historiografia, a comédia de costumes e, naturalmente, a narrativa utópica, realçando os processos de paródia e

pastiche constituintes da novela. Ferro demonstra tratar-se de um caso interessante de conjugação do imaginário picaresco com a fantasia, que não deixa de remeter para as aspirações utópicas de uma existência situada no melhor dos mundos possíveis.

O texto de Sofia de Melo Araújo convida-nos a reflectir sobre as relações entre a utopia e o sagrado no romance *The Bell* (1958), de Iris Murdoch. Filósofa de formação e de profissão, Murdoch coloca as personagens num cenário utópico – Imber Court, uma comunidade situada entre uma abadia de freiras e a vila vizinha – e oferece ao leitor um lugar privilegiado para observar a forma como elas interagem e como permanentemente se constroem, desconstroem e contradizem. São sem dúvida questões de ética e de moral que presidem às existências filosóficas das personagens, num pano de fundo que, embora não sendo ideal, fica sem dúvida “às portas do ideal”. Como Sofia de Melo Araújo argumenta, “o ideal traduz-se na Abadia de reclusas, tornando-se Imber Court numa espécie de ilha menor e imperfeita que Utopos (ou, aqui, a Abadessa) permite existir junto da sua Utopia”. No seu ensaio, Sofia de Melo Araújo analisa a forma como Murdoch simultaneamente apresenta um projecto utópico e o submete a uma severa crítica que faz com que, no fim de contas, *The Bell* seja lido não como uma utopia ou uma distopia, mas como “a narração do fim da utopia”.

A secção temática destes *Cadernos de Literatura Comparada* sobre “Utopia e Espiritualidade” encerra com uma conversa com o Professor João Francisco Marques, professor catedrático jubulado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que integrou o projecto *Utopias Literárias e Pensamento Utópico* no ano de 2006. A publicação de *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (Quasi Edições, 2007), obra agraciada pela Academia Portuguesa de História com o “Prémio Prof. Doutor Francisco Gama Caeiro”, na categoria “História das Mentalidades”, foi o pretexto para a conversa com o Professor João Marques, que decorreu, como sempre, de forma informada e interessante sobre a vocação utópica do nosso país.

Vária

A secção *Vária* acolhe um conjunto de quatro ensaios que incidem sobre a literatura do século XX, fazendo todavia notar diversas modalidades da sua intersecção com a literatura do passado.

Analisando *Finnegans Wake* com uma ferramenta crítica que se situa na área da Estética da Recepção, Márcia Lemos efectua uma leitura do texto joyceano que evidencia as suas qualidades metaficcionalis. A esta luz, as reacções negativas da crítica e do leitor comum afiguram-se-lhe reveladoras do modo como a obra coloca a exigência da "participação do leitor ao nível da co-criação do texto", desafio tanto maior quanto se trata de uma narrativa que foca "um mundo nocturno de sonhos" onde se expõe, não a consciência do sonhador, mas a sua inconsciência, desregrada, descontrolada e fragmentária.

Natascha Ueckmann equaciona diversas implicações do conceito estético-periodológico de neobarroco, cruzando-o com as problemáticas do pós-modernismo e da pós-colonialidade. A sua reflexão crítica incide sobre a literatura da América Latina, campo no qual põe em destaque o modo como certas matrizes do barroco histórico europeu são contemporaneamente retomadas por Alejo Carpentier, José Lezama Lima, Haroldo de Campos, Severo Sarduy e outros autores. Deste trânsito de códigos e referências entre continentes e épocas distintas retira Ueckmann a conclusão de que "enquanto, no contexto europeu, o barroco é tido como época de afastamento das normas estabelecidas e como um género de carácter marginal, na América Latina representa um conceito tipológico que serve para determinar a própria existência cultural".

A Maria de Lurdes Sampaio – que contribui igualmente com uma longa recensão crítica de um volume dedicado à obra de Fernando Pessoa – deve-se um artigo sobre as "memórias de polícias", género do qual recupera três espécies portuguesas publicadas ao longo do século XX, que não deixa de enquadrar

com exemplos franceses e britânicos. Sampaio aborda as representações de polícias e da metodologia da detecção – constatando a impopularidade da polícia e a simpatia popular pelos criminosos – e considera o modo como as tradições da narrativa criminal têm acompanhado reformas institucionais verificadas nos corpos de polícia. Neste contexto, procura localizar "a explicação para a exclusão da figura da polícia do universo da ficção e a atitude caricatural de alguns autores nacionais [...] em factores de ordem política e sociológica e em certas representações culturais dominantes na sociedade portuguesa da época".

Biagio D'Angelo inicia o seu ensaio com uma reflexão sobre o hibridismo da literatura de viagem que, ao relatar uma história "aparentemente verdadeira", reformula a "definição tradicional de literatura como ficção ou como artifício". Propondo-se analisar "a relação que a escrita de viagem estabelece com o sentido do limite e da morte", D'Angelo examina três romances contemporâneos: *Mongólia* (2003), de Bernardo Carvalho, *As Naus* (1988), de António Lobo Antunes, e *Foe* (1986), de J. M Coetzee. Para o ensaísta, estes romances poderão ser encarados como paradigmáticos das "alterações que a literatura de viagem sofre em concomitância com o novo mapeamento pós-colonial e a memória cultural". <<

NOTAS

[1] As posições de carácter ideológico expressas nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

[2] A ausência de um texto sobre a primeira das religiões do Livro, o judaísmo, explica-se pela indisponibilidade demonstrada por parte de responsáveis por esta religião, por uma questão de agenda, para se fazerem representar no Colóquio "Utopia e Espiritualidade".



A Imaginação

DESENFREADA AO SERVIÇO
DA UTOPIA: *HISTORIA DE
LAS CUEVAS DE SALAMANCA*,
DE FRANCISCO BOTELHO
DE MORAIS E VASCONCELOS,
ENTRE O *PASTICHE*
e a PARÓDIA

Manuel Ferro
Universidade de Coimbra

RESUMO:

Expressão de variadas manifestações da espiritualidade barroca, a *Historia de las Cuevas de Salamanca*, de Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos, é um exemplo acabado da prosa de ficção deste período. Sendo uma obra de difícil classificação, pelo recurso a diferentes modelos literários, que nela convergem, aí se constrói um mundo de fantasia, em que se sonha com o melhor dos mundos possíveis. Nesse contexto, os jogos de intertextualidade com o romance cavaleiresco, com o discurso utópico, com a escrita historiográfica do tempo e com a comédia de costumes, em que a paródia dos modelos conhecidos do leitor se conjugam com o *pastiche* literário e a montagem de excertos e aspectos identificados, tornam-se princípios estruturantes da novela, adequando-se à intenção original do autor: proceder a uma divertida abordagem do mundo académico do seu tempo, assim como dos géneros mais apreciados, tudo organizado de acordo com os princípios estéticos da novela pícara. Como resultado, impõe-se um modelo utópico, mágico, sem dúvida, como o do reino da Cocalha ou o da Idade do Ouro, e distante da realidade, mas que alimentaria os sonhos do Homem de Setecentos.

ABSTRACT:

Expression of different manifestations of baroque spirituality, the *Historia de las Cuevas de Salamanca*, by Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos, is a perfect example of the fictional prose of this period. Difficult as it is to clarify, as in it we find the use of different literary models, it builds a universe of fantasy, the main theme of which is the dream of the best possible world. In this

PALAVRAS-CHAVE:

barroco, utopia,
imaginação, novela pícara

KEYWORDS:

baroque, utopia,
imagination, picaresque
novel



context, games of intertextuality with the romance of chivalry, with utopian discourse, with the historiography of the time and with moral comedy, in which the parody of well-known models is combined with the literary *pastiche* and the assemblage of identified quotations or other aspects, become the structural principle of the novel, in tune with the original purpose of the author: to deal merrily with the academic world of his own time and, at the same time, with the most recognized genres, everything organized according to the aesthetic codes of the picaresque novel. As the result of all this, an utopian model is achieved, magical, undoubtedly, as the one of the *Cocanha* or the other of the Golden Age, and far away from reality, but that will go on supporting the dreams of 18th century imagination.

Expressão de variadas manifestações da espiritualidade barroca, entendida genericamente como o modo de traduzir a cultura e ideologia de Seiscentos até meados de Setecentos, e pelo facto de se encontrar em completa sintonia com a mentalidade do seu tempo, a *Historia de las Cuevas de Salamanca*,¹ de Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos, é um exemplo acabado da prosa de ficção deste período. Sendo uma obra de difícil classificação, pelo recurso a diferentes modelos literários, que nela convergem, deles fazendo o autor um uso significativo, hábil e perspicaz, é o espaço, sem dúvida alguma, a componente da narrativa que mais importância assume para o desenrolar da acção, tendo em conta o lugar onde tudo acaba por acontecer: uma gruta mágica.

A gruta é, pois, uma espécie singular de espaço, que aponta para uma dimensão primordial e materna, uterina até, e que implica uma fase de plenitude e protecção, que, a par do isolamento e da intimidade, permite um rápido desenvolvimento, salvaguardado de qualquer agressão externa. Desse modo, a gruta e a ilha partilham, de certo modo, de traços

comuns e são, por esse motivo, os espaços de eleição para a localização de sociedades utópicas. Não esqueçamos que a *Utopia* de More (1516), bem como a série de obras que veio fazer desabrochar, em cujo género se inserem títulos como a *Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella (1623), e *A Nova Atlântida*, de Francis Bacon (1627), e que recuperam, por sua vez, o mito da Atlântida, se desenrolam em ilhas mais ou menos paradisíacas. Aí crescem cidades exemplares e civilizações modelares, quer devido ao isolamento que o espaço insular permite, quer simultaneamente pelo facto de as ilhas serem pontos de abrigo, mas também de contacto e intercâmbio de culturas. Resultante deste fenómeno e da recorrência de obras que tiram partido dos aspectos enumerados, não admira que os estudos que privilegiam a poética do espaço dediquem particular atenção a este tipo de locais que povoam a geografia literária do Ocidente. De Gaston Bachelard (1974) a Otto Friedrich Bollnow (1984), ou ainda lembrando os ensinamentos de Herman Meyer (1957), Michel Ragon (1985) ou Jean Weisgerber (1978), de forma mais ou menos explícita, mais ou menos alargada, todos eles abordam a importância do espaço "interior", fechado, desfrutando de uma imensidade íntima, apreciando em simultâneo a sua configuração, o seu significado e importância para a construção da diegese, ou ainda o seu valor simbólico, permitindo o salto para o devaneio, para a fantasia, em suma, para o sonho.²

Cronologicamente situado na fase final do Barroco, num período em que o Rococó animava a produção artística europeia, Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos dava largas à sua criatividade nas composições literárias de sua lavra, mesmo naquelas em que urgia respeitar os códigos mais rigorosos e severos, como os da epopeia. Era este escritor natural de Torre de Moncorvo, tendo aí nascido em 1670. Vítima de perseguições em Portugal, foi para Espanha, onde passou grande parte da vida. Veio a falecer em Salamanca, em 1747, aos setenta e sete anos de idade. As composições literárias mais conhecidas deste autor foram escritas em castelhano, muito embora sem-

pre assumisse uma atitude patriótica em defesa dos valores nacionais. Além de um *Discurso Politico, Historico e Crítico* (1752) e pequenas composições poéticas, publicou dois poemas épicos – *El Nuevo Mundo* (1701) e *El Alfonso* (1731; 1.^a ed.: 1712) –, e uma novela “pícaro”,³ intitulada *Historia de las Cuevas de Salamanca* (1733). Foi ainda um dos principais animadores da Academia dos Unidos de Torre de Moncorvo, juntamente com seu irmão, Paulo Botelho de Morais.⁴

Merecendo os seus poemas uma atenção especial, pela importância aí atribuída à componente ficcional e maravilhosa, de acordo com o ambiente em que a acção tem lugar, muito particularmente *El Nuevo Mundo*, é porventura na *Historia de las Cuevas de Salamanca* que a genialidade deste autor melhor se revela, pelo aproveitamento que faz dos modelos e formas literárias mais apreciados da época. Sob a forma de uma narrativa de primeira pessoa, esta novela propõe-se fazer um novo relato das grutas de Salamanca, liberto de todas as fantasias, patranhas e lucubrações (cf. Vasconcelos, 1733: 98-99) que o narrador/autor (cf. *idem*, 92) ouve e colige quando ali chega, a partir de informantes locais e narrativas correntes. Pretende, em contrapartida, redigir uma obra plena de engenho, erudição, eloquência, chiste e sublimidade como se infere do seu discurso, muito embora desse registo se torne evidente a ironia com que traduz tais objectivos. E por muitas patranhas que passe por sua vez igualmente a contar, a verosimilhança é sempre invocada, quer por confirmação do próprio testemunho, quer pela autoridade dos informantes ou documentos “verídicos” aduzidos (cf. *ibidem*).

Logo no Prólogo, é sensível a paródia aos romances e novelas do tempo, evadidos de citações e remissões para outras obras ou autores, num grau de elaboração discursiva que, além de representar uma aparente estratégia de verosimilhança, deixaria entrever um tipo de obra carregada de erudição. Procura o narrador/autor em Salamanca encontrar os conhecimentos necessários para aperfeiçoar a sua *technê*, ou seja, esforça-se

por atingir o máximo de perfeição na composição das suas obras e é na Universidade ou nas “decantadas e encantadas” (*idem*, 16) grutas existentes nos arredores da cidade que tenta alcançar essa “sobrenatural instrução”. Jogando com a ficção poética e o verosímil, descreve logo no início a entrada numa dessas grutas, estranhamente cheia de objectos maravilhosos, e observa extasiado as respectivas paredes cobertas de reproduções de exércitos, mares, batalhas, tronos de reis, e outras quimeras (cf. *idem*, 16-17) – figurações que não se afastam muito daquilo que encontramos nas descrições dos Templos da Fama, nalguns poemas épicos, como o *Templo da Memória* (1635), de Manuel de Galhegos, ou a *Insulana* (1635), de Manuel Tomás. É nessa altura que vislumbra um velho, de longas barbas brancas e aspecto venerável, embora algo grotesco,⁵ dormindo no pavimento – que nos faz lembrar a figura do Velho de Ascalon, do canto XIV da *Gerusalemme Liberata* (1581), assim como o ambiente em que este se encontra. Esta figura apresenta-se-lhe, simbolicamente, como a alegoria do “Tempo” e esclarece-o de modo pormenorizado sobre as nigromantescas grutas, declarando que nelas se trataria de “panegyricos arcanos, o mysteriosas consejas” (*idem*, 20). Todavia, por informação da ama da pousada onde permanecia, ficara a saber que na gruta principal, a de S. Cipriano, a “Arquigruta” dos nigromantes, reside o Demónio Catedrático, que, como salário, retém um estudante em cada sete dos que ali ousam entrar. Não será de estranhar que também o seu método de ensinar seja bizarro, ficando invisível e apenas deixando entrever um braço que gesticula ao mesmo tempo que profere a lição.⁶

Inicia-se, num primeiro momento, a descrição daquele espaço com o levantamento de todas as covas existentes, bem como das patranhas com elas relacionadas. Em diálogo com o Tempo, apercebe-se o narrador de que as esculturas das paredes circundantes representam os quatro grandes Impérios da Humanidade, a saber: o de Babilónia, por iniciativa de Xerxes; o Helénico, graças ao macedónio Alexandre Magno; o romano, devido a

Octaviano; e, por último, o de Espanha (cf. *idem*, 38-44).

Nesse preciso momento, entra em cena a Madre Celestina, de disforme aparência, acompanhada de outra figura feminina híbrida, Mariálvara, que exorta o Tempo a contar só e exclusivamente a verdade (cf. *idem*, 44-45), ao mesmo tempo que esclarece que, afinal, o velho não era o Tempo e que aquele lugar onde todos se encontravam era, de facto, a Cova de S. Cipriano. Formula ainda o convite para que o narrador permaneça por uns dias na qualidade de visitante e, desse modo, tenha a oportunidade de vir a compor uma narrativa plenamente fiel à realidade observada.

E se as grutas, na *Gerusalemme Liberata*, se transformam em verdadeiros palácios de deslumbrante encanto, também aqui a restante paisagem se torna, num ápice, um ambiente bucólico paradisíaco, embora visivelmente artificial, em que a fantasia fomenta uma verdadeira orgia para os sentidos, com o uso e a aplicação exagerada de metais preciosos e pedraria, porcelanas e – estranhamente, mas ao mesmo tempo possível, graças ao uso pleno da imaginação – de chocolate, secundado por uma apoteose gastronómica, em tudo correspondendo ao gosto barroco. O mesmo deslumbramento se evidencia no vestuário, transportes e habitações, bem como em todas as comodidades desfrutadas. É o autêntico mundo do País da Cocanha, onde a felicidade é plena e o prazer vivido em todas as dimensões (cf. *idem*, 48-55). Mais ainda que todos os deleites da ilha encantada de Armida, a dimensão deste reino amplia-se e é todo um povo, dividido em sete comunidades, que partilha o mesmo estilo de vida. Depois desta exuberância com que o narrador toma contacto, num verdadeiro jogo de máscaras, o Tempo revela ser Amadis de Gaula; Mariálvara é Oriana; e Celestina, Urania, mãe de Oriana (cf. *idem*, 57). Tudo e todos se metamorfoseiam!

Em tal universo farsesco, não falta sequer um bosque encantado, muito semelhante à selva enfeitiçada por Ismeno, no canto XIII da *Gerusalemme Liberata*, onde cada árvore adquire vida própria, por acolher no tronco um demónio que adopta a

forma de alguém importante para cada um dos cavaleiros que ousam abatê-la. Tal como no poema tassiano é Ismeno o responsável pelo encantamento da selva, aqui, é Ramúsia, deusa de má condição, que cria a instabilidade e alerta a espessura para a ameaça que sobre ela paira, devido ao facto de, em tempos, nela se ter escondido um demónio, numa das numerosas grutas do bosque (cf. *idem*, 69-72). Acabando por ser destruído, como acontece igualmente no poema de Tasso, uns troncos, animados, conseguem fugir; outros são queimados, juntamente com as ramas cortadas para impedir que o seu frondoso horror não convidasse outro Ídolo a procurar abrigo e nele se escondesse.

No livro seguinte, o terceiro, e apenas a modo de alusão, Amadis dispõe-se a contar as aventuras que passara até tomar posse do Reino das Covas de Salamanca – numa narrativa encaixada, qual paródia a um romance de cavalaria, que funciona como analepse –, e, ao voltar da Grécia na companhia de Oxiartes, um poderoso mago do Oriente que por lá conhecera e que se dispõe a acompanhá-lo de regresso, passam por várias peripécias, nomeadamente as que vivem numa das aldeias dos Suíços, na altura em que ele, Amadis, e um dos naturais se sentavam à mesa, ficando “atascados em manjares e fogaças”.

Uma vez revelado todo o passado, a narrativa orienta-se noutra direcção e a curiosidade do visitante visa a Universidade subterrânea, onde o famoso catedrático, encantado por Oxiartes, agora sentado no trono de Hércules, dá aulas, muito embora tornado invisível (cf. *idem*, 126), se bem que não na sua totalidade, “pues unicamente se vé sobre la silla un brazo de Hombre que hace las acciones mientras el Invisible enseña” (*ibidem*). No dia apazado para a visita à “Nigromantesa Universidad”, deslumbra-se o protagonista com a riqueza do edifício e o esplendor da luz quando esta incide no seu interior.⁷ Fazendo a saudação inicial em tom paródico⁸ ao admirado Professor, solicita-lhe o narrador/autor que disserte concretamente sobre dois temas de seu interesse: a língua castelhana e a poesia épica ou heróica.⁹ O pedido é de imediato satisfeito e a lição começa

de modo bem erudito, à moda da época, recuando até às mais remotas origens, à criação do mundo, e apelando a um tipo de saber etimológico macarrónico para explicar *ab initio* não só a configuração dos continentes como a proveniência dos povos que se instalaram na Europa, suas religiões e culturas. Centrando-se nas características da língua castelhana, foca os seus sons guturais como traços individualizantes, tornando-a menos suave; depois, a sua contaminação com neologismos e, finalmente, a conservação da ortografia respeitando a matriz fundamentalmente latina ou grega. Passando ao segundo tema da lição, trata, então, do poema épico (cf. Ferro, 2004: 405-414). Não seria muito diferente de uma sessão académica, das que eram comuns em Universidades e Academias da época.

Após a prelecção do Catedrático Invisível, apenas restaria ao narrador visitar a restante vastidão do espaço da Cova, tarefa que reserva para o dia seguinte, que era também o dia da despedida.

Todavia, não é sem alguma surpresa que verificamos que a teoria poética enunciada se projecta na própria obra, tratando-se de um discurso metapoético, com validade imediata para a narrativa em construção. Assim sendo, de acordo com a estrutura do poema épico, o último livro do romance, o sexto, é consagrado à apoteose do herói: é o livro das grandes revelações, mais de acordo com o que acontece a Vasco da Gama na Ilha dos Amores. Aqui, toma o narrador contacto com conhecimentos de Astronomia, sobre os movimentos do Sol (cf. Vasconcelos, 1733: 197-200); mais adiante, já noutra gruta, trata-se de História e Política, mediante a narração do sonho de índole pastoril do rei Rodrigo (onde abundam, além de elementos próprios do *locus amœnus*, aspectos oníricos que lhe vão servir de pretexto para que se teçam considerações irónicas sobre a secreta ligação do poder e da corte aos feiticeiros/jornalistas-“gazeteiros”, aqui denominados Arlequins), sonho através do qual o velho monarca godo tem a visão da fundação do reino visigótico, estabelecendo, deste modo, um estreito nexos com o respectivo declínio, que corresponde simultanea-

mente ao despertar da nova Espanha, igualmente formado numa gruta, a de Covadonga (cf. *idem*, 202-212). De seguida, retoma-se o assunto do livro anterior, mediante as *Notas* de índole literária facilitadas a Amadis, mas redigidas pelos bruxos das Covas, com um Epigrama em versos falécios, que vinha sendo atribuído a Merlim, embora todos soubessem ser da autoria do Cavaleiro Botelho (o autor da obra em causa), e onde se encontram referências ao próprio narrador, num verdadeiro jogo de espelhos discursivos, onde a vaidade e a fanfarronice do escritor se evidenciam, sobremaneira através dos nomes das personagens referidas.¹⁰ Por último, o “barco aéreo” lá alcança a orla marítima do país e Amadis explica na altura a disposição das águas nos mares, rios e lagunas, procedendo a uma descrição do orbe terrestre, qual nova Tétis, ao valorizar a componente marítima, e, depois, as montanhas e vulcões, sobretudo do Novo Mundo, da Ásia e da África. No que respeita à descrição dos rios no mundo subterrâneo, não actua de modo muito diferente face ao modelo apresentado em *Gerusalemme Liberata*, nas grutas do Velho de Ascalon (Canto XIV), onde as águas de numerosos rios se mantêm separadas antes de emergirem à superfície do Planeta (cf. *idem*, 223-224).

Deste modo, se toda esta longa narração representa já uma abertura da novela, como, aliás, acontecia no passo correspondente da epopeia italiana, a uma mentalidade científica, que gradualmente iria permitir o desbravar do caminho à estética neoclássica, não esqueçamos, por outro lado, que toda a narrativa se estrutura com base em peripécias que reflectem um forte impacto da fantasia barroca, mediante o recurso à referência a sucessivos encantamentos, bruxedos, casos fabulosos e inauditos, ou ainda a um discurso simbólico, sobrecarregado de alusões e significados, em que a linguagem das flores e das pedras preciosas, por vezes, desempenha um papel determinante. Até a própria redacção do livro acaba por seguir os mesmos critérios, na medida em que o volume era apenas o traslado de um pretenso original, não passando a novela em

causa de uma reconstituição em termos discursivos do relato inicial, uma pálida representação dos vastos horizontes do mundo da fantasia que transpira da criatividade do narrador/autor/protagonista:

Fui a mi palacio. Concurrió la invisible commitiva a servirme. I sobre una mesa de solo un rubí, ahunque era tan grande como la mitad de la plaza de Salamanca, ví un brazo sin cuerpo, que con letras de chrysólitho iba escribiendo en laminas de sapphíros lo que yo le dictava. Assi se formó el presente Volumen. D'el qual hice sacar un traslado en papél; i es este que invió al Mundo. No siendo seguro inviar el Original; pues si los plagiarios i remedadores hurtan los libros harían si fuessen de joyas como se usa entre los Encantados?

Esta es la verdaderissima Historia de las Cuevas de Salamanca.

[...] I siempre mi pluma es otro agregado impulso a los vuelos de su Fama, i mi voz otro añadido estruendo a las justas aclamaciones de su Inmortalidad. (*idem*, 230-231)

Da realidade das sessões académicas, com os seus certames poéticos e lições, às regiões da fantasia, onde, afinal, o mundo se configura de acordo com os esquemas dessa mesma dimensão, a presença dos códigos tassianos e camonianos na teorização do poema épico é uma constante, de modo mais ou menos explícito. De modo paralelo, os jogos de intertextualidade com o romance cavaleiresco, com o discurso utópico, com a escrita historiográfica do tempo e com a comédia de costumes, em que a paródia dos modelos conhecidos do leitor se conjugam com o *pastiche* literário e a montagem de excertos e aspectos identificados, tornam-se aqui princípios estruturantes da novela, adequando-se à intenção original do autor: proceder a uma divertida abordagem do mundo académico do seu tempo, assim como dos géneros mais apreciados, num enquadramento literário onde a epopeia, a novela de cavalaria, o discurso historiográfico e a utopia não poderiam faltar, tudo organizado de acordo com os princípios estéticos da novela picaresca.

Mas, à parte este mundo de magia e feitiço, onde tudo

funciona de modo perfeito, mesmo que engenhosamente, e a abundância e satisfação plena de cada um é uma constante, o momento em que o discurso utópico mais se evidencia de modo objectivo é no relato feito a propósito da Andaluzia, reino de Telearcho, que inclui a Bética e, depois, as províncias de Múrcia, Valência e Catalunha. Constitui esta descrição uma adenda que o autor resolveu intercalar na segunda edição da obra, de 1737. Quando Amadis se dispõe a contar como se tornara senhor do Reino das Covas de Salamanca, narra as suas aventuras de cavalaria ao serviço do pai de Oriana, o Grão Czar Marcos Baleia (Livro Quarto). Ao regressarem de uma campanha militar contra o rei de Fez, atravessam a Andaluzia e Amadis fica de tal modo impressionado com a felicidade desse reino, que pede autorização ao Grão Czar para ali permanecer. Aponta, então, a eficaz organização do Estado como uma grande família, superintendida pelo monarca, que reinava com o afecto e a vigilância de um verdadeiro pai de seus súbditos. A harmonia e união fundavam-se na existência de uma só moeda, um idioma único, leis comuns e uma só religião. Tudo funcionava em função da utilidade e glória comuns. A justiça era eficiente para sufocar e castigar os delitos. Havia uma particular protecção social para fomentar os casamentos e aumentar a população. A generosidade para com os vassallos e, de modo especial, para com os soldados acompanhava a severidade dirigida a quem abandonava sem motivo a sua terra. Fomentava-se a agricultura, a pastorícia, o comércio e a indústria, visando o bem-estar das populações e a produção de riqueza para o reino. Os tributos eram justos e o erário régio era um bem público. Perspicaz e prudente na administração de títulos e honrarias, o rei zelava pela educação de todos indiscriminadamente, mas de modo particular dos nobres, em duas universidades e num número razoável de colégios, onde se ensinava uma quantidade considerável de profissões. Criava, deste modo, um corpo especializado de conselheiros, embaixadores, ministros e generais. Ele próprio dedicava especial atenção à educação do príncipe herdeiro, encarregan-

do-se de alguns sectores dessa formação e suscitando valores em que a heroicidade constituía o vector mais proeminente. Reunia Cortes com a regularidade de dez anos, para ouvir os vassallos e promulgar leis novas a fim de corrigir situações entretanto emergentes. Vigiava e apreciava a actuação dos ministros, para que tudo concorresse para a felicidade comum. Seguia o funcionamento dos tribunais e ouvia os juizes com atenção. No âmbito da diplomacia, encarregava ministros hábeis para alcançar tratados proveitosos. E a coroar toda essa situação, era bafejado com as benções de um casamento feliz, uma rainha formosa e inteligente, assegurando a sucessão com uma progénie numerosa e afortunada, assegurando deste modo que a posse do ceptro jamais passasse para outros que não fossem membros da família. Telearcho e respectiva consorte viviam, pois, como dois semideuses ou reis quase divinos (cf. Vasconcelos, 1737: 220-239).

Não admira, por tudo isto, que Amadis se deixasse seduzir e quisesse ficar em tal reino e em semelhante companhia...

Deste modo, podemos verificar como dois modelos perfeitos de Estado funcionam, ambos de acordo com os esquemas mentais mais tradicionais, e onde começam a emergir aspectos que darão lugar à concepção de monarquia esclarecida, mas em que o fim a alcançar é análogo: a felicidade comum e o bem-estar dos vassallos. Curiosamente, porém, a "Moderna Razão d'Estado" (*idem*, 257), apresentada como uma alegoria, é aqui uma deidade demoníaca que inspira a acção de Lestésagro, a grande ameaça do Reino das Covas de Salamanca, filho das areias do deserto e da perfídia das serpentes. Por isso, não é admitida, nem apreciada neste contexto, nem tão-pouco na concepção evidenciada do Estado, aqui ainda concebido de acordo com o modelo de uma monarquia patriarcal.

Desta maneira, assente numa sólida cultura literária, testemunhada pela constante alusão a autores clássicos consagrados (como Platão, Zenão, Pitágoras, Anaxarco, Esopo, Arquimedes, Plutarco, Salústio, Quintiliano, Claudiano,

Cícero, Lucrécio, Lucano, Estácio, Séneca, Virgílio, Horácio, Ovídio, Plínio, Catão, Cornélio Tácito, Demócrito, Apuleio, Juvenal) ou a alguns mais modernos (como Torquato Tasso, P.^e Fournier, Lausbergue, Monsieur Mallet, Descartes, Lípsius, Athanasio Kirker, Fénelon ou mesmo o P.^e António Vieira, entre outros mais), constrói-se um mundo de fantasia, em que se sonha com o melhor dos mundos possíveis. Joga-se com o universo da epopeia, que se conjuga com o do romance de cavalaria e com o do discurso historiográfico, devidamente doseados com o de mitos populares na época, como o do reino da Cocanha ou o da Idade do Ouro. Como resultado, impõe-se um modelo utópico, mágico, sem dúvida, e distante da realidade, mas que alimentaria os sonhos do Homem de Setecentos num país extasiado com o ouro e os diamantes chegados do novo *El Dorado* – o Brasil. <<

NOTAS

[1] As alusões e referências feitas a esta obra remetem inicialmente para a versão castelhana da 1.^a edição, de 1733. Apenas na parte final tomamos em consideração a segunda edição, de 1737, por se abordar uma adenda feita pelo autor na versão remodelada, que então divulgou nessa edição da obra.

[2] Naturalmente que outros críticos e teorizadores de diferentes escolas e perspectivas dedicaram particular atenção ao estudo do espaço literário, embora centrando-se em determinadas formas e gêneros literários e valorizando a sua importância, conforme os casos estudados. Entre esses casos, refiram-se Bachtin, M. (1974); Bourneuf, Roland e Ouellet, Réal (1976: 130-168); Klotz, Volker (1980: 45-59 e 120-136); Lotman, (1973; 1975); Lotman, Salvestroni, (1980); Matoré, (1976: 205-235); Pfister, (1984).

[3] Sobre a polémica existência de novelas pícaras na literatura portuguesa, consulte-se a obra de João Palma-Ferreira, (1981), que trata especificamente deste material, embora não dedique qualquer referência à obra aqui analisada. No entanto, acerca da questão do pícaro na literatura portuguesa, resume de modo sintético o ponto de situação do assunto, do seguinte modo, apresentado a pp. 21-22: "Um único estudo global se publicou, até agora, acerca dos vestígios e influências da poderosa picaresca espanhola na literatura portuguesa. Trata-se de *Huellas de la picaresca en Portugal*, de Ulla M. Trullemans, editado em Madrid em 1968. [...] Na primeira parte do seu estudo, Trullemans põe a questão da existência ou não de uma novela picaresca na literatura portuguesa, citando Teófilo Braga, que fundamentou a sua inexistência em causas gerais de carácter social e tipológico; Alberto Xavier que defendeu as possibilidades da existência do pícaro, em Portugal, a partir da experiência (já amplamente divulgada quando, em 1934, Xavier publicou o seu ensaio *O Romance. Alguns aspectos da sua evolução na literatura europeia*) do Marquês de Montebelo; Fidelino de Figueiredo que, negando embora a Portugal os condicionalismos temperamentais propícios à picaresca, admite um fundo picaresco nas *Obras do diabinho da mão furada*; Hernâni Cidade, cuja tese foi sempre contrária à das possibilidades do pícaro, como género eminentemente castelhano, em Portugal, no século XVII, por ser, nessa época, a cultura portuguesa basicamente separatista, utopista, erudita e artificialmente ensaísta e historiográfica; António José Saraiva que admite a existência, nos medievais e vicentinos, dos particularismos do pícaro em embrião, denotando a sua presença em alguns *Apólogos Dialogais*, de D. Francisco Manuel de Melo, na *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (que pode ter influenciado *Estebanillo González*); Jacinto do Prado Coelho que refere, como Fidelino já fizera, a presença do pícaro nas *Obras do diabinho da mão furada* e nos *Apólogos*, de D. Francisco Manuel; Aubrey Bell, que vê coincidências entre a farsa *Quem tem farelos?*, de Gil Vicente e o *Lazarillo de Tormes* e ainda vestígios do mesmo *Lazarillo na Arte de Furtar*."

[4] Sobre a biografia deste autor, Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos, veja-se, antes de mais, a nota inserida na primeira edição de *El Alphonso*, com o título "Noticia de la Patria, Linage, y Principales Successos del Poeta. Escrita por Bernardino Pereira de Aròsa, Cavallero de la Orden de Christo, y natural, y morador de la Torre de Moncorvo", da responsabilidade, como o próprio título refere, de Bernardino Pereira de Arosa, conterrâneo do Poeta. Confirma-se ainda Machado, 1747: 119-121; Silva, 1859: 358-359; Braga, 1899: 56-58; assim como Palma-Ferreira, 1982: 81-82.

[5] Cf. Vasconcelos, 1733: 17: "Viejo de notable figura. Más calvo que la Occasion; la barba con más lana que las cosas de seis Zorras; sobrandole en ella el pelo que lo

saltaba en la cabeza; de suerte que como a otros Viejos se le sube a las narices, a este le había baxado la cabeza a las barbas. Tenía en el rostro mas rugas i dobleces que los corazones de los Palaciegos. Los ojos hundidos; pero de vista más penetrante que las lagrymas de las Hermosas; i en la boca de color de polvo, unos dientes de acero más mordaces que las plumas i lenguas de los Satyricos. Las orejas de Ciervo, ahunque no al uso, pues sin ramos. Dos grandes alas de plumas rapidissimas, que ahun reposando volaban. El cuerpo era todo veloso de plumas; vestido que él mismo producía, siendo Mercader i Sastre de si proprio. En los pies tenia por sandalias dos medias Coronas de oro i joyas, atadas con girónes de purpura. Yacia reclinando la cabeza en un cúmulo de Sceptos, Tiaras, Mithras, bastones, i todo quanto es ornato o symbolo de alguna Grandeza Humana. Junto a él estaba una guadaña de fillos de diamante; i un relóx, tambien con alas, biforme Centauro de páxaro, i relóx."

[6] Cf. Vasconcelos, 1733: 22: "El modo de enseñar, tambien es endemoniado; pues sobre una silla Infernal que tienen allá dentro, solo se vé un brazo que parece de Hombre, el qual habla i se menéa sin cessar; i assi explica todas las Hechicerías i maldades."

[7] Cf. Vasconcelos, 1733: 162-163: "I no sin admiracion, si bien con deleitoso júbilo, admite la sumptuosidad i riqueza d'el edificio, que se reduce a un dilatado Salón. Puede su pavimento por lo diffaso llamarse campaña; i por la hermosura i riqueza debe su techumbre llamarse Cielo. Es una bóveda de oro, exornada con labores i relieves de la meas bien compartida proporcion. Igualmente son de oro las paredes; i ellas i el techo salpicadas de innumerables piedras preciosas, que a la mucha luz d'el patente i magestuoso ventanage producen admirable colores en los cambiantes que siempre alternan. Como en la niñez d'el Dia, estando llenas de rocío las flores, al herirlas la luz reverberan de matices, dudando el Aura si se abrasa el jardin, o si florece el Sol, assi en la inundacion de preciosidades que matiza aquellas paredes i techumbre, se confunde gustosamente la atencion, quando la color, por que los ojos no la hallen fixa, vá huyendo i variandose de joya en joya. Es de ágata la silla Hercúlea, guarnecida con primorosas láminas d'el mejor metal; i causa más admiracion el brazo Humano que sobre la silla está haciendo las acciones i gesto a la voz d'el Cathedrático. Ocupa dilatados bancos de pórfiro el innumerable concurso de Escoláres que le atienden."

[8] Cf. Vasconcelos, 1733: 163: "*Salve*, brazo immenso que sabes abarcar todo el vasto Mundo scientifico. Brazo, que no darás tu brazo a torcer, ahun luchando a brazo partido con el mismo Apolo. Brazo, immortalmente digno de presidir desde los brazos de la silla d'el prodigioso Hercules hijo de Jupiter. Brazo, que no eres brazo de Mar, sino Mar insondable de quien es brazo el *Mare magnum* de la Erudicion. Brazo, domador de las parcas i d'el Olvido; i más invencible que los cien brazos d'el centimano Briareo. *Salve*, i *Salve* otra vez, i eternamente *Salve*."

[9] Cf. Vasconcelos, 1733: 164: "Yo, Invisibilissimo Señor, peccaría contra los commodos i utilidades publicas, si con larga conversacion retardasse o interrumpiesse los tiempos i enseñanzas de V. Invisibilidad. I assi hablaré de lo precito. Vñe a Salamanca para en ella limar mis Poemas. Compúselos en la Lengua Castellana; la qual es mi lengua Materna por haberme criado con ella, si bien nací en país donde se habla otra. Deséo oír vuestro dictamen en quanto a la lengua, i en quanto a la Poesía; principalmente a la Poesia épica o Heroica."

[10] Muitos outros são os temas ainda abordados em diferentes "Notas", que são assinadas pelos mais distintos nomes de sábios reconhecidos (Manutius, Mancinellus e Beroaldus), num tom eloquente de grave erudição.

BIBLIOGRAFIA ∨

- Bachelard, Gaston (1974), *La Poétique de l'Espace*, Paris, Presses Universitaires de France [1.^a ed.: 1957].
- Bachtin, M. (1974), "Zeit und Raum im Roman", in *Kunst und Literatur*, 22, 1161-1191.
- Bacon, Francis (1627), *Sylva sylvarum: or a Naturall Historie. In ten centuries... [The New Atlantis]*, London, J. H. [John Haviland], for William Lee.
- Bollnow, Otto Friedrich (1984), *Mensch und Raum*, Stuttgart / Berlin / Köln / Mainz, Verlag W. Kohlhammer [1.^a ed.: 1963].
- Bourneuf, Roland, e Ouellet, Réal (1976), "O Espaço", in Roland Bourneuf e Réal Ouellet, *O Universo do Romance*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Braga, Teófilo (1899), "A corrente seicentista e os antecedentes da Arcádia", *A Arcádia Lusitana*, Porto, Livraria Chardron.
- Campanella, Tommaso (1623), *La Città del Sole*, Frankfurt am Main, por Tobia Adami.
- Ferro, Manuel (2004), *A Recepção de Torquato Tasso na Épica Portuguesa do Barroco e Neoclassicismo*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra.
- Galhegos, Manuel de (1635), *Templo da Memória*, Lisboa, por Lourenço Craesbeeck.
- Klotz, Volker (1980), *Geschlossene und Offene Form im Drama*, München, Carl Hanser Verlag [1.^a ed.: 1969].
- Lotman, Iouri (1973), "Le problème de l'espace artistique", *La structure du texte artistique*, Paris, Éditions Gallimard.
- Lotman, J. M. (1975), "On the metalanguage of a typological description of culture", *Semiotica*, 14: 2, 97-123.
- Lotman, Jurij M., e Salvestroni, Simonetta (1980), "Il Viaggio di Ulisse nella 'Divina Commedia' di Dante", *Testo e Contesto. Semiotica dell'arte e della cultura*, Roma / Bari, Laterza, 81-102.
- Machado, Diogo Barbosa (1747), *Biblioteca Lusitana*, Vol. II, Lisboa, na Oficina de Inácio Rodrigues.
- Matoré, Georges (1976), "L'espace littéraire", *L'espace humain*, Paris, Librairie A. G. Nizet.

208>209

- Meyer, Herman (1957), "Raumgestaltung und Raumsymbolik in der Erzählkunst", in *Studium Generale*, X, Heft 10, 620-630.
- More, Thomas (1516), *De optimo reipublicae statu deque nova insula Utopia libellus vere aureus*, Louvain, Arte Theodorici Martin.
- Palma-Ferreira, João (1981), *Do pícaro na literatura portuguesa*, Lisboa, Ministério da Educação e Ciência/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- (1982), *Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pfister, Manfred (1984), "Raum- und Zeitstruktur", *Das Drama*, München, Wilhelm Fink Verlag, 327-381 [1.^a ed.: 1982].
- Ragon, Michel (1985), *L'Homme et les Villes*, Paris, Berger-Levrault (1.^a ed.: Paris, Éditions Albin Michel, 1975).
- Silva, Inocêncio Francisco da (1859), *Dicionário Bibliográfico Português*, Vol. II, Lisboa, na Imprensa Nacional.
- Tasso, Torquato (1581), *Gerusalemme Liberata*, Venezia, appresso Domenico Cavalcalupo.
- Tomás, Manuel (1635), *Insulana*, Amberes, por Ioam Meursio.
- Trullemans, Ulla M. (1968), *Huellas de la picaresca en Portugal*, Madrid, "Insula" / Gotemburgo, Instituto Ibero-Americano.
- Vasconcelos, Francisco Botelho de Moraes e (1701), *El Nuevo Mundo. Poemna Heroico*, Barcelona, en la Imprenta de Iuan Pablo Marti.
- (1731), *El Alphonso, o la Fundacion del Reino de Portugal, assegurada, y perfecta en la Conquista de Lysboa. Poema Epico*, Salamanca, en la Imprenta de Antonio Villargordo [1.^a ed.: Paris, 1712].
- (1733), *Historia de las Cuevas de Salamanca*, Salamanca.
- (1737), *Historia de las Cuevas de Salamanca*, Salamanca, por Antonio Joseph Villargordo.
- (1738), *História das Covas de Salamanca*. Abreviada e traduzida em Portuguez por Joaquim Manoel d'Araújo Corrêa de Moraes, Coimbra, na Imprensa da Universidade.
- (1752), *Discurso Politico, Historico e Critico*, Lisboa, por Francisco Luis Ameno.
- Weisgerber, Jean (1978), *L'Espace Romanesque*, Lausanne, Éditions L'Age d'Homme.

>>

de questões decorrentes dos tópicos enunciados, é de sublinhar o facto de um melhor conhecimento quer da Biblioteca pessoana quer do espólio trazer consigo riquíssimos desafios aos estudiosos de Pessoa. Pense-se, por exemplo, como o estudo da *Marginalia* poderá ser o ponto de partida para novas linhas de investigação: de um estudo taxinómico, no âmbito da Poética, dos graus de autonomia do metatexto pessoano em relação aos textos lidos a um estudo mais sistemático dos modos da paródia e da transgressão levados a cabo por um autor cuja faceta de *homo ludens* é, com frequência, minimizada. Impõe-se, por último, elogiar o facto de este volume abordar, de forma implícita ou explícita, questões de grande actualidade e de interesse público, como o problema de editar Pessoa, ou questões gerais de propriedade literária ou intelectual. <<

NOTAS SOBRE OS COLABORADORES

Abdul Rehman é o presidente da Comunidade Islâmica do Porto. É formado em Contabilidade e desempenhou cargos em diversas empresas, tendo sido Director Fabril das fábricas de Luanda, por nomeação do Estado angolano. Foi depois requisitado pelo Ministério da Indústria para Director Geral das Unidades de Produção de Calçado.

Ana Araújo Rafael é licenciada pela Universidade da Beira Interior. Os seus trabalhos de investigação (pós-graduação e mestrado) na área da Literatura Portuguesa, prosseguidos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desenvolveram-se à volta do conceito de Biblioteca Ideal e da sua importância numa obra como as *Prosas Portuguesas* de Rafael Bluteau. Encontra-se de momento a preparar uma dissertação de doutoramento, cujo tema recairá sobre o mesmo autor, estudando nele a retórica do silêncio e a pedagogia da palavra.

Biagio D'Angelo é Professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária. Foi titular da cátedra de Literatura Comparada e Decano da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Católica Sedes Sapientiae (Lima, Peru). Doutorou-se em Literatura Comparada e Teoria da Literatura na Universidade Russa de Estudos Humanísticos, de Moscovo. É editor da revista *Cuadernos Literarios*. Publicou recentemente *Confluencias e Intercambios. La Literatura Comparada y el Peru de hoy* (Lima, 2005). Em versão digital publicou "Borges en el centro del infinito".

Fátima Vieira é Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde lecciona desde 1986. Tendo defendido a sua dissertação de doutoramento em 1998 sobre a obra de William Morris e a tradição de literatura utópica inglesa, especializou-se na área dos estudos sobre a utopia. É actualmente coordenadora de dois projectos de investigação na área do utopismo financiados pela FCT e directora da colecção "Biblioteca das Utopias", publicada pela editora Quasi, bem como de dois periódicos electrónicos: *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia* e *Spaces of Utopia* (publicados pela Biblioteca Digital da FLUP). É Presidente da *Utopian Studies Society / Europe* desde 2006 e Directora do Departamento de Estudos Anglo-Americanos da FLUP desde Setembro de 2007. Como docente, tem trabalhado essencialmente na área da Cultura Inglesa, tanto a nível do ensino pré-graduado como pós-graduado. É também membro do CETAPS (*Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies*), integrando, desde a sua fundação, a equipa de investigadores que tem vindo a dedicar-se à tradução e estudo da obra de Shakespeare. No âmbito deste projecto de investigação publicou *A Tempestade* (Campo das Letras, 2001) e *Como vos Arouver* (Campo das Letras, 2008), estando agora a trabalhar na tradução de *Júlio César*. Trabalha igualmente na área da pedagogia no Ensino Superior, integrando, desde 2004, o GIIPUP (Grupo de Investigação e de Intervenção Pedagógicas da Universidade do Porto, sediado no CIEE – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da U.Porto), e assumido a coordenação da linha de Investigação sobre "B-learning". Tem organizado e participado em muitos colóquios nacionais e internacionais, sendo autora de múltiplos artigos na área dos estudos sobre a utopia, dos estudos culturais e dos estudos shakespearianos. Tem assumido igualmente a responsabilidade da organização de vários volumes de ensaios nestas áreas de estudo e participado activamente em vários projectos de investigação internacionais.

João Francisco Marques, natural da Póvoa de Varzim, é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde foi titular da cadeira de Teoria da História, dirigiu seminários de *Parenética Portuguesa dos Séculos XVI-XVIII*, *Invasões Francesas e Minorias Religiosas na Idade Moderna e Contemporânea*. A área das suas investigações situa-se no campo da oratória sagrada, da piedade popular, da cultura e mentalidade religiosa da época moderna – temas sobre os quais tem numerosos estudos. Membro da Academia Portuguesa da

História, dos Centros de História Religiosa da U.C.P., de História da Espiritualidade e de História Moderna da FLUP, é autor de mais de uma centena de estudos publicados em revistas e colectâneas da especialidade, portuguesas e estrangeiras, e, nomeadamente, entre outras mais, das seguintes obras: *José da Silva Tavares e a Actividade Contra-Revolucionária no Período do Liberalismo* (1975); *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina* (1986); *A Parenética Portuguesa e a Restauração* (1989); *O Clero Nortenho e as Invasões Francesas* (1991); *Humanismos e Reformas*, direcção do Vol. II da *História da Vida Religiosa de Portugal* (2001); *A Arquidiocese de Braga na Evangelização do Além-Mar* (2002), galardoada com o Prémio da Fundação Calouste Gulbenkian "Os Portugueses no Mundo"; *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (2007), galardoado com o "Prémio Prof. Doutor Francisco da Gama Caeiro" da Academia Portuguesa da História, na categoria de História Cultural e das Mentalidades. Tem sido, ainda, assessor histórico de filmes do realizador Manoel de Oliveira.

Jorge Bastos da Silva é Professor Auxiliar do Departamento de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem como principais áreas de investigação a Literatura e a Cultura Inglesas, os Estudos de Tradução e Recepção, e os Estudos sobre a Utopia. Doutorou-se em 2007 com uma tese intitulada *A Mundividência Heróica e a Instituição da Literatura. Poética e Política das Letras Inglesas na Época de Addison e de Pope*. É ainda autor de *O Véu do Templo. Contributo para uma Topologia Romântica* (1999), *Utopias de Cordel e Textos Afins. Uma Antologia* (2004) e *Shakespeare no Romantismo Português. Factos, Problemas, Interpretações* (2005). Co-organizou os volumes *Designios Augustanos. Estudos sobre a Rainha Ana de Inglaterra e a sua Época* (2003, com Fátima Vieira), *George Orwell: Perspectivas Contemporâneas* (2005, com Fátima Vieira) e *Nowhere Somewhere. Writing, Space and the Construction of Utopia* (2006, com José Eduardo Reis). É investigador do CETAPS (*Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies*) e do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

José Eduardo Reis é Professor Associado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro onde tem leccionado na área dos estudos literários e de cultura. É investigador principal do Instituto de Literatura Comparada da Faculdade de Letras do Porto como membro do projecto "Utopias literárias e pensamento utópico: a cultura portuguesa e a tradição intelectual

do ocidente." É mestre em Estudos Literários Comparados pela Universidade Nova de Lisboa com uma tese sobre a influência do pensamento de Schopenhauer na obra literária de Jorge Luís Borges e doutor em Literatura Comparada pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com uma dissertação sobre o espírito da utopia nas culturas literárias portuguesa e inglesa, publicada na colecção "Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas" da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e Tecnologia. É autor de vários artigos na área da literatura comparada em publicações da especialidade nacionais e estrangeiras, autor de recensões críticas da revista académica americana *Journal of Utopian Studies*, membro do corpo editorial da revista electrónica *E-topia*, co-editor de *Nowhere Somewhere. Writing, Space and the Construction of Utopia* e editor de uma das raras utopias literárias portuguesas, *Irmânia* de Ângelo Jorge. No âmbito da sua colaboração nos seminários de tradução colectiva de Poesia Viva – Poetas em Mateus, co-traduziu dez antologias de poetas contemporâneos.

Manuel Ferro é Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Desenvolve a sua actividade docente no âmbito do Grupo de Estudos Românicos desta Faculdade, repartida entre as cadeiras de Literatura e Cultura Italianas, dos 1.º e 2.º Ciclos, a cadeira de Estudos Camonianos e o Seminário de "Temas de Cultura Clássica – Narrativa de Ficção" (do Curso de Mestrado em Cultura Clássica), onde dedica particular atenção ao poema herói-cómico enquanto género literário. Fez o seu percurso académico na Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Línguas e Literaturas Modernas (Estudos Ingleses e Alemães, primeiro, e Estudos Portugueses e Italianos, depois). Frequentou o Curso de Mestrado em Literatura Alemã e Comparada e doutorou-se, em 2004, na área de Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Literatura Comparada, com uma dissertação intitulada "A Recepção de Torquato Tasso na Épica Portuguesa do Barroco e Neoclassicismo". Regeu Seminários em cursos de Pós-Graduação na Universidade Federal de Pernambuco / Recife. Desenvolve a sua investigação no âmbito das relações culturais e literárias entre Portugal e a Itália, assim como na área dos Estudos Camonianos, sendo actualmente membro da Direcção do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.

Márcia Lemos é Assistente de Investigação do projecto "Utopias Literárias e Pensamento Utópico: a Cultura Portuguesa e a Tradição Intelectual do Ocidente III" (PTDC/ELT/67788/2006), sediado no Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Faculdade de Letras da Universidade do

Porto. É Licenciada (2005) em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Franceses e Ingleses, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e é Mestre (2008) em Estudos Anglo-Americanos, pela mesma Faculdade, com uma tese intitulada "'Tobecontinued's tale': Lugares do Leitor e do Narrador em *Finnegans Wake*". Publicou recentemente: "A cidade, espaço de heterotopias: *Metropolis*, de Fritz Lang, um estudo de caso" (*E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 9, Porto, 2008); "Nota Explicativa a *EUROTOPIA 2100: Uma Utopia Interactiva*" (*E-topia*, n.º 9, Porto, 2008); "A *EUROTOPIA* vai à escola" (*E-topia*, n.º 9, Porto, 2008); "Nota Explicativa a *Visão do Pico de Itajurú*" (*E-topia*, n.º 8, Porto, 2008) e "Annemarie Schwarzenbach – a Nómada da Palavra – Cem Anos após o seu Nascimento" (co-autoria Lurdes Gonçalves, *Cadernos de Literatura Comparada*, n.º 18, Porto, Granito, 2008).

Maria de Lurdes Sampaio é Professora Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora no Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa. Doutorada em Literatura Comparada, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a dissertação *História Crítica do Género Policial em Portugal (1870-1970). Transfusões e Transferências*, 2007. Publicou *Aventuras Literárias de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão: Da Narrativa de um Mistério aos Mistérios de uma Narrativa (O Mistério da Estrada de Sintra)*, Coimbra, Angelus Novus, 2005, e *Crime, Detecção e Castigo: Estudos sobre Literatura Policial* (com Gonçalo Vilas-Boas), Porto, 2001. Tem publicado diversos estudos particularmente sobre o Modernismo e sobre Literatura Policial (o mais recente: "The Disquiet of Archaeology: Fernando Pessoa's Detective Writings", in *Portuguese Studies. Pessoa: The Future of the Arcas*, Vol. 24, n.º 2, 2008, pp. 128-167).

Maria Luísa Malato Borralho é professora de Metodologia dos Estudos Literários, Retórica Geral e Retórica da Sensibilidade (séculos XVIII-XIX) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os seus trabalhos de mestrado, de doutoramento e de agregação têm-se centrado nos estudos sobre o século XVIII e limiar do século XIX, nomeadamente na área da Poesia (obra de Catarina de Lencastre, de José Anastácio da Cunha) e do Teatro (obra de Manuel de Figueiredo, Catarina de Lencastre, Correia Garção). É todavia na indelével ligação que o século XVIII tem com a Utopia que, como investigadora, tem perspectivado grande parte desses estudos: desde os estatutos das Academias até às narrativas de Viagens, mais ou menos lunáticas.